



## Governo Bolsonaro ataca categoria bancária



O governo Bolsonaro assinou nesta segunda-feira (11) uma Medida Provisória (MP) 905, que altera o artigo 224 da CLT, que regula a jornada de trabalho da categoria. Pela MP, a jornada de seis horas diárias e 30 horas semanais será mantida apenas para operadores de caixa. Para os demais empregados, a jornada passa a ser de oito horas. A MP também abre a possibilidade de a categoria trabalhar aos sábados, domingos e feriados. Essa medida afeta especificamente a categoria. O governo não editaria essa MP sem que houvesse um lobby dos bancos neste sentido. Mas, não vamos aceitar esse ataque”, disse a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira, ao informar que o assunto será pauta da mesa de negociações com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), que será realizada na próxima quinta-feira (14), no Rio de Janeiro.

“A articulação direta com o governo é, no mínimo, desonesta. Os bancos cobram dos sindicatos para que todo entrave seja tratado na mesa de negociações antes de se partir para outros tipos de ações, mas numa questão que afeta totalmente a vida e as relações de trabalho da categoria eles tratam direto com o governo?”, questiona

indignada Juvandia Moreira, que é também coordenadora do Comando Nacional dos Bancários.

**PLR** - A presidenta da Contraf-CUT observa ainda que a MP permite que os bancos e demais empresas estabeleçam unilateralmente as regras de pagamento da Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR), sem a necessidade de negociar com a representação da categoria nem de clausular as regras na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

**Outros prejuízos** - Com a MP, o governo estabelece uma nova forma de contrato de trabalho com o objetivo de criar novos postos de trabalho de primeiro emprego para pessoas entre 18 e 29 anos de idade. “Eles fizeram a mesma promessa para conseguir a aprovação da reforma trabalhista. As taxas de desemprego no país comprovam que esse tipo de medida não gera resultado. A única que aumentou foi a precarização do emprego”, disse Juvandia. A MP também afeta a compensação de horas trabalhadas, prêmios e gratificações e das relações trabalhistas, sindicais. Mas, tudo o que estiver na CCT da categoria se sobrepõe ao que define a MP, uma vez que o negociado se sobrepõe ao legislado.

### Pactu aciona justiça contra remanejamentos no Banco do Brasil

As transferências compulsórias realizadas pelo Banco do Brasil, sem qualquer discussão prévia com o movimento sindical e que causam uma série de transtornos aos empregados remanejados, motivaram os sindicatos do Pactu a entrarem com ações na justiça para impedir essa prática por parte do banco. Wilson de Souza, diretor do Pactu em Umuarama, explica que serão propostas ações coletivas e ações individuais, conforme o caso e o Sindicato.

O dirigente esclarece que as transferências causam uma desestruturação que atinge toda a família do bancário. “A maioria deles tem cônjuge trabalhando, filhos com planejamento escolar, alguns matriculados em cursos pré-vestibular e, de repente se veem forçados a mudar para outra cidade, às vezes bem distante”, informa. Por outro lado, a assessoria jurídica do Pactu esclarece que o resultado dessas ações é imprevisível. O motivo é que o concurso do BB visa a contratação para todo o território nacional, exceto para aqueles que entraram no banco por um concurso para preencher vagas numa determinada praça.

### Reforma da Previdência é cruel com os mais pobres

Página 4



## Banco do Brasil aceita proposta elaborada com as entidades

**SE O ESTATUTO FOR APROVADO, O BANCO APORTARÁ DE IMEDIATO R\$ 1,006 BILHÕES PARA O PLANO ASSOCIADOS.**

Entre os dias 18 a 28 de novembro de 2019, o corpo de associados da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) será consultado sobre uma proposta de alteração estatutária da entidade. A proposta foi elaborada conjuntamente pelas entidades de representação dos funcionários, diretores e conselheiros eleitos e indicados da Cassi. E foi aceita pelo banco. Agora, resta ao corpo de associados apreciar e deliberar sobre o documento, para colocar fim no impasse que demandou intensa negociação. O Banco do Brasil informou que a aprovação da proposta depende da anuência dos associados e que, se aprovada, está previsto o aporte adicional na Cassi de até R\$ 588 milhões em 2019. O BB diz que a proposta prevê também a liquidação antecipada, pelo Banco, de obrigação contratual de R\$ 450,9 milhões referentes ao ressarcimento do déficit do Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI), formado por cerca de 2.300 dependentes indiretos de associados, inscritos antes de 2007, quando o estatuto não vedava que fosse custeado em parte pelo banco e em parte pelos próprios usuários. Outros R\$ 415 milhões para pagar contribuições patronais para dependentes de ativos retroativas a janeiro de 2019 e R\$ 141 milhões relativos às despesas administrativas de todo o ano de 2019. “O aceite pelo banco de uma nova proposta elaborada em conjunto pelas entidades de representação, com o auxílio do corpo técnico da Cassi, já é uma grande vitória”, comemora o diretor do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão e funcionário do BB, Luis Marcelo Legnani. Leia proposta completa e tire dúvidas no portal: [www.contrafcut.org.br](http://www.contrafcut.org.br).

## Sindicatos debatem com superintendente do BB



Estiveram presentes representantes dos sindicatos de Campo Mourão, Paranavaí e Umuarama. Os Sindicatos de Toledo e Guarapuava não possuem agências subordinadas à Superintendência de Maringá

No dia 05/11, sindicatos do Pactu realizaram reunião de negociação com Marcio Pereira, Superintendente Regional do Banco do Brasil de Maringá. Os dirigentes discutiram as remoções compulsórias de funcionários, os descomissionamentos arbitrários, o assédio moral na cobrança de metas e resultados, a cobrança de metas de gerentes de relacionamento cujos assistentes estão ausentes e a realização de cursos sem intervalo para almoço. Houve acordo para a realização de uma nova reunião, no dia 19/11, com a participação de representantes da GEPES (Gerência de Pessoas) de Curitiba.

O secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato de Campo Mourão e funcionário do Banco do Brasil, Luis Marcelo Legnani, lembra que os sindicatos do Pactu estão atentos ao que acontece dentro das agências e prontos a se manifestar.

## Pactu apoia candidatura de Rita Serrano para o CA da Caixa



Entre os dias 18 a 22 de novembro acontece a eleição de representantes dos trabalhadores para o Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal.

Podem votar todos os empregados ativos, mesmo estando de férias ou licença. Os sindicatos do Pactu, assim como a Contraf-CUT, apoiam a candidatura à reeleição da atual conselheira, Rita Serrano.

**QUEM É RITA SERRANO?** - Empregada da Caixa desde 1989, Rita Serrano participa do Conselho desde 2014, quando ocupou o cargo de suplente, sendo eleita titular em 2017. Mestre em Administração e graduada em Estudos Sociais e História, a atual conselheira tem longa trajetória no movimento sindical e social. Foi presidente do Sindicato dos Bancários do ABC entre 2006 e 2012, coordena desde 2015 o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e atualmente faz parte do Conselho Fiscal da Fenaec.

## 3º Censo da Diversidade continua

O prazo de resposta ao questionário do 3º Censo da Diversidade vai até o dia 29 de novembro. A pesquisa se encerraria no mês passado, mas foi prorrogada a pedido da Contraf-CUT e devido à adesão tardia da Caixa Econômica Federal. A pesquisa é uma das conquistas da categoria na Mesa de Negociação com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). Realizado nos anos de 2008 e 2014, o Censo fornece resultados que refletem a realidade do setor bancário e possibilitam a criação de estratégias de inclusão e promoção da diversidade no ambiente de trabalho. As duas edições anteriores mostraram que o setor bancário ainda é desigual: as mulheres ganham menos que os homens e negros e pessoas com deficiência ainda são uma minoria em agências e departamentos dos bancos. “Por isto, é importante que o maior número possível de bancários e bancárias responda às perguntas do Censo. Quanto maior o número de respostas, maior a precisão dos dados sobre a realidade da diversidade nos bancos”, afirmou Wendrel Minare Vieira, presidente do Sindicato dos Bancários de Paranavaí. No site da Fenaban ([www.diversidade.febraban.org.br](http://www.diversidade.febraban.org.br)), os trabalhadores poderão encontrar mais informações sobre a pesquisa, quem são as pessoas elegíveis para participar e como preenchê-la.

# 14º CECUT comemora conquistas e aponta novos desafios

O futuro do movimento sindical e novas ferramentas de comunicação, gênero, raça, diversidade sexual e a luta pela soberania nacional foram os principais temas debatidos durante o 14º CECUT (Congresso Estadual da CUT Paraná). O evento foi realizado nos dias 25, 26 e 27 de outubro, em Praia de Leste. Ao todo, 135 delegadas e 108 delegados participaram do 14º CECUT, que definiu a nova direção e o plano de lutas que norteará as principais demandas da central até 2023. Eles representaram 72 entidades de 14 ramos diferentes, além de cinco oposições sindicais presentes no congresso.

O encontro recebeu a presença de parlamentares, dirigentes da CUT Nacional, de movimentos sociais e até mesmo de outras centrais sindicais que formam a unidade, no Estado, em defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora. Os sindicatos do Pactu também foram representados. Nos últimos anos, a atuação da CUT Paraná foi fundamental para o fortalecimento da luta em defesa da classe trabalhadora.

A entidade esteve à frente de diversas manifestações no Estado, como as ações contra o Golpe de 2016, contra as reformas trabalhista e previdenciária, contra a violência contra a mulher e também contra o Projeto de Lei das Terceirizações. No âmbito estadual, uma das grandes

conquistas foi a criação do Fórum de Lutas 29 de abril, inspirados na luta contra o confisco da Previdência dos servidores públicos estaduais, que culminou, em abril de 2015, com violento ataque da PM de Richa e Francischini, que feriu mais de 200 pessoas. Para esse novo período que se inicia, resistência e unidade foram algumas das palavras de ordem durante o Congresso. Será preciso, diante dos grandes desafios que se apresentam. Entre eles estão as reformas tributária e sindical. A proposta da reforma tributária vem para acabar com o que sobrou do estado brasileiro, fazendo com que os mais pobres não tenham vez.

Já a reforma sindical vem para enfraquecer os sindicatos e destroçar com a representação dos trabalhadores. O 14º CECUT apontou que nesse contexto adverso à classe trabalhadora, a CUT continuará desempenhando um papel fundamental em defesa de direitos trabalhistas, sociais, democráticos e da soberania nacional.

**PACTU** – A delegação do Pactu no 14º CECUT foi formada pelos dirigentes: Odair Camargo (Paranavaí), Nivalda Sguissardi e Leonice Casarin Mattos Silva (Campo Mourão), Lucia Spies (Toledo), Edilson José Gabriel, Ana Paula Lorini e Maria Cristina Ramos (Umuarama) e Sandra Regina Homeniuk (Guarapuava).



Delegação do Pactu com Márcio Kieller, presidente eleito da CUT Paraná

## Márcio Kieller é o novo presidente da CUT Paraná



Kieller: compromisso com a luta

O bancário Márcio Mauri Kieller Gonçalves foi eleito, por unanimidade, para a presidência da CUT Paraná pelos próximos quatro anos. A vice-presidência ficará com o petroleiro Mário Dal Zot, a secretaria-geral com Vera Pedroso, do Sindaen, e o trabalhador da agricultura familiar, Neveraldo Oliboni, foi reeleito secretário de finanças da entidade.

Márcio Kieller tem 49 anos, é trabalhador no Itaú Unibanco (originário do Banco do Estado do Paraná) e Mestre em Sociologia Política pela UFPR. O novo presidente da CUT-PR iniciou sua militância no movimento estudantil e foi eleito dirigente do Sindicato dos Bancários de Curitiba pela primeira vez em 1993. "Nós estamos nos preparando para esta tarefa há muito tempo. Temos compromisso com a luta e com o desenvolvimento social porque temos a obrigação, por nossos filhos, de continuar lutando e de deixar para eles um mundo melhor, mais justo e mais fraterno", afirmou o novo presidente da Central no Paraná.

Kieller destacou que a nova gestão terá dois compromissos fundamentais. "O primeiro é olhar para dentro da central, das suas federações e sindicatos. O segundo é olhar externo que é o olhar da resistência, que alcança vitórias e conquistas, mas que ainda tem um caminho muito duro pela frente. Só com organização e determinação, aprofundando as relações com os movimentos sociais e dialogando com a sociedade é que vamos construir a concepção de sociedade que queremos. Temos que levar esse compromisso", afirmou.

### Caixa

## Bancários protestam contra o desmonte

Começou o desmonte da Caixa. No dia 22/10, o governo Bolsonaro vendeu a Lotex, a Loteria Instantânea Exclusiva da Caixa, conhecida como "Raspadinha". O consórcio que levou a Lotex em um leilão com apenas um participante foi a Estrela Instantânea, formado pela International Game Technology (IGT) e pela Scientific Game International (SGI). A primeira é controlada por um grupo italiano; a segunda é norte-americana. Elas detêm atualmente 80% de participação do mercado de loteria instantânea no mundo, que é estimado em US\$ 80 bilhões por ano.

O único participante do leilão ofereceu uma proposta de pagamento de R\$ 96,969 milhões para a parcela inicial, apenas R\$ 1 mil acima do mínimo exigido (R\$ 96.968.123,51). O valor total da outorga a ser paga nos próximos anos será de R\$ 818 milhões, com pagamento em 8 parcelas anuais. Um preço de banana, segundo a Contraf-CUT, considerando a importância da Lotex para o povo brasileiro. O dinheiro arrecadado com as raspadinhas, ajudava a financiar projetos importantes na educação, saúde, seguridade social, segurança pública, esporte e cultura. Agora esse dinheiro servirá para "engordar" o caixa das empresas estrangeiras.



Mesmo constrangidos, senadores aprovaram a “reforma” que amplia desigualdade e pobreza no país

## PREVIDÊNCIA

# Reforma é cruel com os mais pobres

Como já era esperado, o Senado aprovou a PEC 006/2019, nome oficial da reforma da Previdência do governo de Jair Bolsonaro (PSL). A segunda votação ocorreu no dia 22/10, com 60 votos a favor e 19 contrários. Os senadores do Paraná: Álvaro Dias (Podemos), Oriosvisto Guimarães (Podemos) e Flavio Arns (Rede) traíram a confiança de milhões de paranaenses e votaram a favor do governo.

No texto aprovado estão mudanças cruéis. Milhões de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros jamais conseguirão se aposentar. Outros terão perdas. A reforma acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição e institui a obrigatoriedade de idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres se aposentarem, reduz valores dos benefícios de aposentadorias e da pensão das viúvas, viúvos e órfãos. Por outro lado, cria alíquotas mais altas de contribuição e eleva para 40 anos o tempo de contribuição para aposentadoria integral.

Estas são apenas algumas mudanças que prejudicam muito os mais pobres, mas a reforma está repleta de outras maldades. Ao contrário do que o governo afirma, a reforma não reduz desigualdades e não combate privilégios. Não importa a conta que se

faça: quem vai pagar o preço dessa reforma são os mais pobres. As novas regras passaram a valer a partir do dia 12/11, data da promulgação pelo Congresso. (Confira todas as mudanças no portal da CUT: [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)).

### Guedes insiste em modelo que levou o Chile ao colapso



Mesmo com a aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso, o governo ainda não dá o assunto por encerrado. O ministro Paulo Guedes só aguardava a conclusão da tramitação do projeto para voltar o foco na criação do regime de capitalização. É um sistema em que cada trabalhador contribui para a própria aposentadoria.

É o mesmo projeto que Paulo Guedes ajudou a implantar no Chile, um modelo econômico excludente e concentrador de renda, que beneficia banqueiros e dissemina miséria entre a população. A consequência é que o país está mergulhado em uma crise social sem precedentes, marcada pelo desemprego e pela fome. Há semanas a população chilena ocupa as ruas exigindo mudanças.

## PEC Paralela pode amenizar efeitos da reforma

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou por 20 votos a 5, o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) à PEC Paralela da Reforma da Previdência (133/2019). Ela muda pontos da reforma da Previdência aprovada pelo Senado, em outubro. A principal mudança é a inclusão de estados e municípios no novo sistema de aposentadorias e prevê regras diferenciadas para servidores da área de segurança pública.

Pelo texto da PEC Paralela, o Distrito Federal e os municípios podem adotar integralmente as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio de Previdência Social da União por meio de lei ordinária. Assim, as regras de aposentadoria dos servidores federais, como tempo de contribuição e idade mínima, passariam a valer também para o funcionalismo estadual e municipal.

A PEC Paralela ameniza perdas na pensão por morte, no valor pago a dependentes, na aposentadoria especial e na aposentadoria por incapacidade permanente. Também muda a regra de transição para as mulheres e para homens que começaram a trabalhar quando a reforma entrar em vigor.

O texto seguirá para votação no Plenário e, se aprovado, será encaminhado para análise da Câmara dos Deputados.